



Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

ATA DA SESSÃO N.º 6

Sessão Ordinária de 28/04/2022

Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte e dois, pelas 21:00 horas, nesta vila de Alhos Vedros, no edifício da Junta de Freguesia, no Largo da Graça, reuniu-se em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia, para a sua 6ª sessão, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 – Regularização dos Imóveis da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, ao abrigo do Artº 16, alínea jj) da Lei 75/2013
- 2 – Ratificação do Contrato de Execução de Competências Delegadas
- 3 – Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021
- 4 – 1ª Revisão ao Orçamento de 2022
- 5 - Inventário
- 6 - Discussão dos Atos da Junta

Estiveram ausentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros:

- Célia Penedo substituída por Irina Cardoso
-

Estiveram presentes os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros:

- Artur Varandas
- José Ferreira
- Paula Amorim
- Paulo Sérgio Pereira

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

A Sra. Presidente deu início à realização da Assembleia de Freguesia informando que a associação Caravela de Ideias enviou o seu relatório de contas de 2021 assim como o plano de actividades para 2022.

Seguidamente pôs à discussão a acta nº 3. A Sra. Eli Rodrigues da CDU (Coligação Democrática Unitária) pediu a palavra dizendo que ao ler as actas que estão a discussão deparou-se com várias lacunas, salientando que falta muitas intervenções que foram feitas. O Sr. Rui Guerra da CDU também salientou que falta algumas intervenções. A Sra. Rosa Paula Marques, independente, interveio dizendo que na eventualidade de algum cidadão pedir a acta para ler não fica a saber, por exemplo, as perguntas do público e as respostas do Sr. Presidente. O Sr. Jorge Marques da CDU também referiu que depois das intervenções dos membros da Assembleia, as respostas do Sr. Presidente têm que ficar em acta, assim como as intervenções dos cidadãos.

Face ao exposto a Sra. Presidente pediu a opinião de todos para resolver esta situação, pedir as alterações por escrito ou refazer as actas. Por consenso ficou de refazer-se as actas para pôr à discussão na próxima Assembleia.

Por haver várias moções e saudações, a Sra. Presidente deu a palavra à Sra. Paula Diogo do MM (Merecemos +) para ler a “Saudação ao 1º de Maio” (anexa à acta). Esta saudação foi posta à discussão e não havendo pedidos de palavra foi posta à aprovação e foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Fábio Silvano do PS (Partido Socialista) leu a “Saudação 1º de Maio – Dia do Trabalhador” (anexa à acta). Foi posta à discussão e não havendo intervenções foi aprovada por unanimidade. Seguidamente a Sra. Irina Cardoso do PS leu a “Moção Condenação à Invasão da Ucrânia pela Rússia” (anexa à acta). Não havendo intervenções esta moção foi aprovada por unanimidade.

A Sra. Eli Rodrigues da CDU leu um Voto de Pesar sobre a morte de João José de Almeida (anexo à acta). Não havendo intervenções por parte da Assembleia foi posto à aprovação e foi aprovado por unanimidade. Este Voto de Pesar será enviado em nome da Assembleia de Freguesia à família de João José de Almeida.

O Sr. Jorge Marques da CDU leu a moção “Pela paz, pela verdade, contra a mentira e os crimes de guerra” (anexa à acta). Foi posta à discussão e não havendo intervenções foi posta à votação. Esta moção foi aprovada com um voto contra do Sr. Pedro Galha, Independente. O Sr. Pedro Galha pediu a palavra para dizer que vota contra porque acha que a moção está confusa.

A Sra. Márcia Oliveira da CDU leu a moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático” (anexa à acta). Não havendo intervenções, esta moção foi aprovada com uma abstenção de Pedro Galha, Independente.

O Sr. Rui Guerra da CDU leu a “Moção 1º de Maio Dia Internacional do Trabalhador” (anexa à acta). A Sra. Paula Diogo do MM pediu para intervir sugerindo uma alteração ao último parágrafo onde se lê “...transformem a manifestação da CGTP IN no dia 1º de Maio numa ação de exigência...” passar a constar “...transformem as manifestações no 1º de Maio em ações de exigência...”. Seria mais abrangente, visto haver mais que uma manifestação de 1º de Maio. A bancada da CDU aceita a alteração. Esta moção foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente a Sra. Presidente pediu ao público presente se pretendem falar.

Interveio a Sra. Andreia Martins que colocou algumas questões - telefonou ao Sr. Presidente mencionando que atrás do parque industrial de Alhos Vedros, que está ao abandono há muito tempo e que tem vindo a degradar-se cada vez mais, é um depósito de entulho, lixo e mato. Na semana passada reparou que além destes conteúdos estavam restos de obras que foram realizadas na Rua da Palma por uma Empresa que esteve a colocar a rede de gás. Os trabalhos foram efetuados e os restos do alcatrão foram depositados na zona de eucalipto. Como já falou com o Sr. Presidente a colocar esta questão, agora vem saber a solução encontrada, porque no

sítio continua tudo igual. Ainda dentro deste contexto se há alguma sugestão por parte da Junta de Freguesia ou mesmo projecto para aquela zona, quando tem sugestões a fazer, por exemplo, durante a pandemia haviam muitas pessoas a passear os seus cães principalmente cães de grande porte e seguindo a proposta que já fez em Assembleias anteriores, um espaço que permita aos animais de grande porte andar em liberdade, sem estarem em cima das pessoas e fazendo as suas necessidades sem incomodar, tendo os donos como responsáveis. Para além disso acha que também poderia ser ocupado como espaço de circuito de ginástica de manutenção. Por outro lado, gostaria de ser esclarecida sobre a questão dos esgotos a céu aberto, que tem vindo a ser colocada há algum tempo, qual o ponto de situação. A terceira questão é sobre o pavimento das ruas do concelho e especificadamente em Alhos Vedros. Não há rua nenhuma que não tenha buracos quando no mandato anterior tinha sido aprovada uma verba para arranjar as ruas. Quando é que está previsto pavimentar novamente as ruas.

Seguidamente interveio a Sra. Helena Pereira que começou por referir-se à última Assembleia onde o Sr. Presidente parece que só se lembrou do Sr. Leonel Coelho como único preso político que Alhos Vedros teve e não foi bem assim lembrando outros nomes da terra. Referiu ainda que a manutenção com os cortes de ervas não é feita devidamente nomeadamente nas Arroteias, para quando a previsão desses cortes serem feitos. Outra questão é sobre os contentores do lixo, quando é que vamos deixar de ter os caixotes a transbordar de lixo e deu alguns exemplos.

Seguidamente falou o Sr. Vítor Cabral que lembrou que o concelho da Moita ficou recentemente mais pobre com o falecimento de dois dos seus Presidentes de Câmara, o Sr. Staline de Jesus Rodrigues e o Sr. João José de Almeida, lembra-se deles nomeadamente do Sr. João de Almeida quando foram plantadas as magnólias junto à Igreja e da implementação do Parque das Salinas. Estes momentos vêm em referência à plantação de árvores e a necessidade premente de plantar árvores na freguesia. As árvores que antigamente haviam têm vindo a ser retiradas e não têm sido substituídas por outras de mais pequeno porte. Lembra a importância de voltar a plantar árvores, há muitos sítios onde isso pode acontecer. Em relação às ervas diz que na rua dele tem uma pessoa da Câmara que faz esse serviço impecavelmente, recolhe o lixo e corta as pequenas ervas que crescem nos passeios e é complementar à sua ação de também cortar as ervas à sua porta.

O Sr. Presidente respondeu às questões levantadas pelo público que entrevistaram:

- Confirmou que a Sra. Andreia Martins lhe telefonou e já passou por lá e confirma que o entulho está lá e que tem que reportar à Câmara para se deslocarem ao local,

- Em relação ao espaço nós temos vários problemas, um é a limpeza, outro é dinamizar e dar mais vida àquele espaço, talvez com bancos, mas teria que se colocar pins à entrada para impossibilitar a entrada de carros que vão despejar entulho, terá que ser articulado com a Câmara para depois mais tarde tomar-se uma decisão mais concreta, mas vamos discutir isso no último ponto da ordem de trabalhos com algumas ideias que a Junta tem para dinamizar os parques,

- Em relação a um espaço para animais de grande porte já pensaram nisso, existem algumas zonas onde poderá ser feito isso com limitação de espaço, já foram colocados pontos pet e nesses locais poderá ser feita a limitação. Terá ainda que ser analisado,

- Quando à repavimentação das estradas em Alhos Vedros já foi referido pelo Sr. Presidente numa Assembleia Municipal. Foi solicitado pelo antigo executivo da Câmara um empréstimo que dava para repavimentar 35 ruas em todo o concelho. A Câmara comprovou que já foi implementada uma primeira fase, para Alhos Vedros só foi contemplada nesta primeira fase 100 metros numa rua nas Arroteias, que é pouco e lamentável. Segundo informação numa segunda fase vai ser repavimentada a Rua Duarte Pacheco, mas não sabe se é completa. Sabe também que há um terceiro local contemplado numa terceira fase, mas não sabe onde. Existe também já adjudicada uma obra em volta do FAVO que contempla pavimentação,

- O Executivo acompanhou uma inspeção aos esgotos em Dezembro, a Câmara estava presente. Têm esperança que este problema seja tratado o quanto antes. Têm alertado a Câmara para fazer um levantamento onde são feitas as descargas ilegais. Este problema tem décadas. Quando termina uma obra de construção nos anteriores executivos de gestão CDU bastava um termo de responsabilização do engenheiro da obra para passar a licença de habitação, ou seja, a Câmara

não fazia inspeções, agora por despacho do Presidente da Câmara foi dada ordem aos serviços no sentido de não permitir mais passar licenças de habitação sem primeiro haver uma fiscalização da Câmara. O que se passa é um problema causado por situações anteriores. Todas as freguesias do Concelho têm problemas destes. Gradualmente este problema tem que ser resolvido. Foram pedidos pela Câmara fundos para requalificar o Parque das Salinas incluindo o grave problema de águas nos seus lagos,

- Respondendo à Sra. Helena Pereira, o Sr. Presidente diz que não queria ofender ninguém quando só falou do Sr. Leonel Coelho. Referiu que antes do 25 de Abril não tem memórias visto só ter 2 anos na altura. Mas foi com Leonel Coelho que conviveu durante muito tempo, mas fez bem em referir mais alguns nomes,

- Em relação ao corte de ervas nas Arroteias, já tem havido intervenção em alguns locais das Arroteias, noutros locais é favor reportar para a Junta. Os funcionários da Junta têm intervindo em várias locais da freguesia, apesar de esta tarefa ser da responsabilidade da Câmara,

- Em relação aos caixotes do lixo o problema é o mesmo, tem a ver com o sistema de recolha de lixo por parte da Câmara. Se for reportado à Junta situações mais graves, esta reportará à Câmara. Tem havido problemas também com a recolha dos monos e já foram reforçadas as equipas de recolha.

Seguidamente pedir a palavra Paula Diogo do MM que referindo-se à intervenção do Sr. Vítor Cabral deu-lhe toda a razão, mais plantações de árvores fazem falta sugerindo ao executivo que analise locais onde fazem falta e uma ideia é o apadrinhamento por famílias de Alhos Vedros, é uma ideia bastante interessante.

Seguidamente a Sra. Presidente passa de imediato ao período da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

1 – Regularização dos Imóveis da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, ao abrigo do Artº 16, alínea jj) da Lei 75/2013

A Sra. Presidente informou a Assembleia que os dois primeiros pontos da ordem do dia foram solicitados pelo Sr. Presidente da Junta, a quem de imediato deu a palavra.

Em relação ao primeiro ponto, o Sr. Presidente começa por dizer que constatou, depois de uma deslocação que fez à Conservatória do Registo Predial, que a Junta de Freguesia não tem nenhum imóvel registado em seu nome. Constata que é grave, inexplicável e negligente, porque não se compreende que uma autoridade administrativa não ter os seus imóveis devidamente registados tanto nas Finanças como na Conservatória. Ficou perplexo com a situação e foi falar com a Câmara para recolher documentos que permitam regularizar a situação. As situações são várias, a primeira é as oficinas da Junta onde existe uma escritura realizada no notário privativo da Câmara da Moita em 2005 entre o Presidente João Lobo e a Presidente da Junta Fernanda Gaspar. Esta é uma cedência de um imóvel. Existe também um documento que diz que tem um registo escrito à mão com data de 2005 "deve-se efetuar o registo deste património em nome da Junta de Freguesia, contactar com a Conservatória do Registo Predial". Este imóvel esperou 17 anos para ser registado em nome da Junta e foi registado hoje de manhã.

O outro imóvel que já foi pedida uma planta à Câmara é este edifício onde nos encontramos. O edifício da Junta não está registado em nome de ninguém. Este edifício é de 1967, não tem matriz, não tem qualquer registo. Existem mais imóveis na nossa Freguesia, por exemplo, o imóvel localizado no parque 25 de Abril e o edifício junto ao cemitério antigo que não têm registos.

Há um documento em cofre onde consta uma doação de um terreno à Junta para uma determinada finalidade que ainda tem que aferir. Salienta que é isto é uma situação surreal. Uma pessoa que é eleita pela primeira vez para desempenhar um cargo público vai a uma Conservatória com o

número de contribuinte e a funcionária diz que não há nenhum registo em nome da Junta, ficou sem palavras. Não sabe o que é que os anteriores executivos andaram a fazer nos anos anteriores e só tem uma certeza, isto nunca podia ter acontecido se houvesse um bocadinho de competência. Seguidamente usou da palavra o Sr. Fábio Silvano do PS que em nome da bancada acha inacreditável que um ponto destes apareça na ordem de trabalhos de uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, é vergonhoso a inoperância dos anteriores executivos e da sua gestão e gostavam de congratular o atual executivo por tentar regularizar os erros do passado.

A seguir o Sr. Jorge Marques da CDU frisou que os imóveis estão em espaço público, este edifício é um espaço público, sempre foi público era a antiga escola primária que depois foi cedido para Junta de Freguesia. Depois destes anos todos só a situação de usucapião já dava direito a isso. Sobre as oficinas continuamos a estar a trabalhar com instalações públicas, a necessidade de pôr em nome da Junta de Freguesia nunca foi considerada uma necessidade premente. Não sabe quais são os objetivos deste executivo, se quer registar para depois alienar. No entanto para discutir este ponto deveria ter sido apresentada pelo executivo uma proposta com os devidos documentos para poder ser discutido pela Assembleia, assim estamos um bocado às escuras com o tema. Mas mesmo assim todos os espaços que a Junta tem são espaços públicos, sempre foram espaços públicos e nunca houve a necessidade de registar isso porque eram espaços públicos, de entidades públicas para fins públicos. Volta a frisar que não sabe qual é o fim e a necessidade premente de registar em nome da Junta de Freguesia, sou se houver algum interesse nesse registo.

O Sr. Presidente falou de seguida informando que os documentos só existiram hoje porque o registo foi feito hoje, os documentos foram pedidos à Câmara e foram entregues para fazer o registo. Em relação à questão do alienar isso não é assim tão fácil, para isso acontecer teria sempre que ser decidido em Assembleia. O executivo está a cumprir com as suas obrigações legais. Um imóvel que está a ser usado com uma escritura registada no notário privativo da Câmara em 2005, que existe uma indicação a dizer que tinha que ser registado na Conservatória e nas Finanças, porquê que não foi registado durante 17 anos. O imóvel foi cedido à Junta de Freguesia e até à data de ontem estava em nome do Município e não pode porque existe um contrato para o imóvel passar para propriedade da Junta de Freguesia desde 2005, está escrito. Na altura foi entregue à Presidente da Junta Sra. Fernanda Gaspar e ela não quis registar, isso é um facto, está aqui uma nota escrita e nunca foi executado esse registo. Se fosse hoje bastava fazer o registo on-line, mas na altura dava trabalho e foi um trabalho negligenciado, não quiseram fazer. Quem está a trabalhar nesse imóvel são os funcionários da Junta de Freguesia. Se por exemplo a Câmara Municipal for de um determinado partido e a Junta de Freguesia for doutro partido, pode haver um problema. É para evitar problemas e não é para fazer alienações. Está a resolver questões que deveriam estar resolvidas há 17 anos. Este imóvel onde estamos agora é da Junta, todos dizem isso, mas tem que registar-se na Conservatória e nas Finanças e junto da Câmara também. As propriedades sejam imóveis, sejam terrenos têm que estar registadas na Conservatória. As viaturas estão registadas na Conservatória do registo automóvel. Vamos legalizar e regularizar, é o que que ser feito.

A Sra. Presidente informou a Assembleia que este ponto da Ordem do Dia era um ponto meramente informativo, por isso não constava a apresentação de nenhum documento.

A Sra. Eli Rodrigues da CDU interveio para fazer uma pergunta. Não sabe se foi má fé ou outra coisa, mas nenhum destes pontos traz uma proposta agregada e devia ter acontecido, assim a bancada da CDU não poderá defender-se em absoluto porque não tem em mão nenhum documento para discutir. Aliás nenhum dos pontos da Ordem do Dia é acompanhado de proposta e todos os documentos têm que vir acompanhados de uma proposta. É assim que funciona, se vamos entrar em legalidades, a legalidade é esta.

O Sr. Presidente volta a frisar que este era um ponto meramente informativo, por isso não tinha nenhum documento a acompanhar.

Não havendo mais intervenções passou-se ao 2º ponto.

2 – Ratificação do Contrato de Execução de Competências Delegadas

A Sra. Presidente deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentar o 2º ponto da Ordem do Dia.

Este ponto tem a ver com o anterior contrato, que está em vigor ainda, de execução de competência delegadas assinado em 2018, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. O executivo considerou importante trazer esta situação aqui para ratificar, no entanto consideramos que quem assinou este contrato que está em vigor, o que só podia ser assim visto a Junta não poder parar no que respeita às competências delegadas. No entanto, este contrato já foi ratificado pelo órgão deliberativo do município no final do ano, para todos os efeitos este contrato está em vigor até sair outro que está, neste momento, em negociação entre as Juntas de Freguesia e a Câmara. Numa nota final refere que este contrato é um contrato de um mandato e que é prorrogado até haver um novo. O novo contrato, esse sim, terá que ser ratificado pelas respetivas Assembleias de Freguesia. No entanto, face ao artigo 7º todos os anos, em Setembro, a Junta deveria receber mais dinheiro por parte da Câmara por atualização das variáveis. Mas não é isso que acontece. Nunca foram pedidas à Câmara as atualizações das variáveis, ou seja, estamos em Abril de 2022 a receber o mesmo que em Maio de 2018.

A Sra. Eli Rodrigues da CDU frisa que mais uma vez para discutir este ponto não têm a proposta, nem contrato. A bancada da CDU não vai ratificar um contrato que não teve acesso a ele, no entanto lembra que este contrato deveria ter sido ratificado pela Assembleia de Freguesia em Dezembro e não só pela Assembleia Municipal. Pergunta ainda se o dinheiro que a Junta recebeu neste período de tempo se terá que ser devolvido, visto não ter havido ratificação por parte desta Assembleia, não se pode ratificar o contrato depois de ele estar em execução.

A Sra. Irina Cardoso do PS interveio salientando que o anterior executivo não zelou pela freguesia, porque todos os anos deveria vir mais dinheiro da Câmara, o que não aconteceu, que poderia ter ajudado a executar as suas tarefas melhor.

O Sr. Presidente referiu, de seguida, que o que tem que ser ratificado são os novos contratos. O contrato que existia foi ratificado pela Assembleia Municipal, o novo contrato é que tem que vir à Assembleia de Freguesia. Este contrato está em vigor porque foi ratificado na Assembleia Municipal, no órgão deliberativo do Município, é o que diz o artigo 10º. Este contrato foi ratificado nesta Assembleia de Freguesia, por algumas das pessoas que aqui estão em 2018, agora não tem que ser novamente ratificado, no entanto fez questão de vir aqui dar a conhecer que o contrato está em vigor porque foi ratificado pelo órgão deliberativo do município. Estamos a cumprir com as nossas obrigações legais e até mais, estamos a trazer aqui este ponto porque é importante dar conhecimento que o contrato está em vigor. Se o contrato não tivesse sido ratificado pelo órgão deliberativo do município, aí sim teríamos um problema, porque estávamos em incumprimento.

O Sr. Jorge Marques da CDU sobre esta situação disse está tudo bem, está-se a usar o mesmo contrato, recebemos o dinheiro, a Assembleia Municipal decidiu e nós em Assembleia não decidimos nada nem tivemos voto na matéria. O pedir mais dinheiro todos os anos é uma questão de gestão. O problema não é esse, o problema é que nós Assembleia de Freguesia não sabemos de nada. Desde o final do ano a Junta está a utilizar dinheiros só aprovados pela Assembleia Municipal e não passou pela Assembleia de Freguesia e tem que passar. Se este é outro mandato, este mandato tem que ratificar também. Temos novos executivos, temos novos membros de Assembleia e estamos a usar verbas que não conhecemos. Todas as questões referentes à delegação de competências, a Assembleia tem que aprovar, não é a Assembleia Municipal da Moita que decide o que nós queremos. Nós também somos um órgão deliberativo e como tal temos que ter conhecimento e dar o aval. Este documento deveria ter sido dado a todos os membros da Assembleia, era obrigação do executivo, propor uma ratificação, chegar com o documento aos eleitos para poderem analisar para depois discutir e fazer uma proposta.

A Sra. Paula Diogo do MM refere que também ficou um pouco confusa quando viu este ponto da Ordem do Dia e não tinha tido acesso ao documento. Parece-lhe que o que o Sr. Presidente quis fazer foi informar que o contrato tinha sido prorrogado e ratificado pela Assembleia Municipal. No entanto, acha, que mesmo assim, deveriam todos ter acesso ao documento para conhecimento.

O Sr. Presidente esclarece que quem assinou este contrato que está em vigor, foi a gestão CDU. O que veio informar foi que houve uma prorrogação feita pelo órgão com competência legal ao abrigo do artigo 10º. O que diz o artigo 10º é que o período de vigência coincide com a duração do mandato do órgão deliberativo do município. Se está mal, o problema é de quem redigiu o contrato. Quando houver um novo protocolo, então sim virá para ser discutido e ratificado em Assembleia de Freguesia.

O Sr. Jorge Marques da CDU diz que há aqui uma confusão grande. O executivo desta Junta não tem que executar segundo o órgão deliberativo da Moita, tem que executar segundo o órgão deliberativo da freguesia que somos nós. Esta Assembleia é que foi eleita em Alhos Vedros não é a Assembleia Municipal da Moita. São órgãos diferentes. O executivo sai das eleições pela Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros. Este executivo só tem que respeitar o órgão deliberativo da freguesia. Não é lógico estarmos a executar o que diz a Assembleia Municipal sem nós termos conhecimento. Somos nós que deliberamos o que o executivo pode fazer. Não há aqui órgãos a substituir outros, cada órgão tem as suas competências.

Para finalizar o Sr. Presidente da Junta volta a referir que o que está assinado é entre o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta em 2018 que foi depois validado pela Assembleia de Freguesia e validou também o ponto 10º que permite que o órgão deliberativo do município possa prorrogar. A falha está é que deveria estar escrito que não poderia haver prorrogação sem vir também à Assembleia de Freguesia. Neste momento, segundo o que está escrito no ponto 10º está perfeitamente legal a prorrogação feita pelo órgão deliberativo do município.

O Sr. Jorge Marques da CDU volta a frisar que desde Dezembro último está em vigor um contrato de execução que esta Assembleia não tem conhecimento e como órgão deliberativo de Alhos Vedros tem que ter conhecimento. Nós não sabemos se houve alguma alteração. Resumindo, esta Assembleia só pretende conhecer o documento e precisa de uma proposta para validar esse documento. O Executivo está a usar verbas municipais delegadas que nós não sabemos nem aprovámos e isto é que é grave. Estamos a usar verbas delegadas pela Assembleia Municipal que nós não sabemos. O que o executivo deveria ter feito era apresentar uma proposta para ratificação. Existem regras que têm que ser cumpridas.

O Sr. Presidente vai fazer chegar aos membros desta Assembleia a acta da Assembleia Municipal onde foram prorrogados os contratos de execução, assim como o contrato de execução de competências delegadas. O executivo está a informar a Assembleia de Freguesia que este contrato que foi validado e deliberado em Assembleia de Freguesia em 2018 está em vigor pela ratificação da prorrogação em Assembleia Municipal de Dezembro último.

A Sra. Presidente acaba este ponto dizendo que, porventura, não estará encerrado de todo. Face às questões levantadas, vai analisar-se a forma correta e legal de proceder. Se for necessário voltará a uma próxima Ordem do Dia.

Foi feito um intervalo de 5 minutos.

3 – Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021

Foi apresentado pelo Sr. Presidente da Junta o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021 que começou por dizer que existe 2 períodos diferenciados, houve um executivo até ao dia 18 de Outubro de 2021 e outro a partir de 19 de Outubro de 2021 até ao final do ano. O primeiro gerido pela CDU e o segundo, após as eleições pelo PS. Este relatório foi enviado a todos os membros da Assembleia.

Após a apresentação interveio a Sra. Irina Cardoso do PS informando que a bancada do Ps vai abster-se na votação final porque o documento tem 10 meses de gestão do anterior executivo da

CDU e apenas 2 meses de gestão PS. No entanto querem ressaltar alguns pontos da gestão que acham inaceitáveis, como por exemplo a atribuição de valores para a Festa do Avante, a atribuição de valores para a banda da Moita no mês de Maio quando esta banda não fez uma única atuação, houve negligência no contrato de delegação de competências e foram atribuídos à Associação dos Bombeiros Voluntários 3.000 euros para aquisição de um desfibrilhador quando os valores de mercado rondam os 1.200 euros.

A Sra. Eli Rodrigues da CDU interveio de seguida afirmando que nunca deram dinheiro à Festa do Avante somente fizeram como outros fazem, comprar um anúncio que poderia ter sido comprado também noutra festa qualquer. Em relação à banda da Moita nunca ter atuado não é verdade, é a única banda do Concelho e atuava quando era necessária, inclusive veio ao coreto. Em relação ao relatório a primeira pergunta é: a lei diz que têm 45 dias após a tomada de posse para apresentar contas e só estão a fazer agora e diz também que as contas têm que ser apresentadas em separado e estas estão juntas, não sabe onde começa e acaba as contas da CDU assim como as do PS. Refere que este documento só o têm há 2 dias o que é muito pouco tempo para analisar.

Foi esclarecido pela Sra. Presidente que o documento que chegou há 2 dias foi a demonstração orçamental de receita e despesa do período de gestão entre 19-10 a 31-12-2021.

A Sra. Eli Rodrigues continua a salientar que as contas de gestão CDU não estão separadas da gestão PS, assim como pergunta qual o saldo que a gestão CDU deixou para o novo mandato. Outras dúvidas como - a iluminação de Natal que consta um custo inferior e já foi dito em Assembleia anterior que o custo tinha sido idêntico ao ano passado, mas que ainda ia haver um acerto, então o custo foi igual ou foi diferente, - outra coisa engraçada é a transmissão on-line, porquê que quando foi a demissão de um membro do executivo da Junta não houve transmissão, assim como a última referente à Sessão Solene (um aparte sobre esta sessão, não era preciso haver uma Assembleia e gastar dinheiro aos fregueses em senhas de presença, bastava um simples convite para vir à Sessão), - a Parada de Natal agora não tem custos, - animação sem custos para a freguesia, então não se paga seguros, etc.? - realizado um vídeo de apoio ao comércio local, quanto custou? - o concurso de enfeitar as janelas e varandas no Natal, tinha regulamento? E os custos? - uma frase que não percebe "acompanhámos as visitas dos técnicos de saúde da CMM no âmbito da delegação de saúde da Moita às escolas da freguesia para emissão de relatório" Técnicos de saúde da CMM? - apoio à organização do magusto paroquial, qual foi o apoio? - instalação de leitor de chip de CC, em relação à proteção de dados, está garantida a proteção de dados?

Em relação à prestação de contas não consegue entender, a bancada da CDU está cheia de dúvidas, não percebem onde começa e onde acaba. O mais sensato deveriam ter sido apresentadas as contas ao fim dos 45 dias.

A Sra. Rosa Paula Marques, independente, interveio de seguida fazendo as seguintes perguntas:

- Qual foi o valor da transmissão on-line da Tomada de Posse e qual o valor pago por cada transmissão,
- Manutenção de espaços verdes na freguesia não se vê,
- O aniversário da biblioteca foi normal não ter custos porque foi promovido e pago pela Câmara,
- A parada do Pai Natal foi dito anteriormente que a Junta pagaria uma parte mesmo pouco que fosse, qual foi o custo final?
- O Mercado de Natal qual foi o custo do executivo anterior e o custo do atual,
- A campanha de apoio ao comércio local no Natal não teve organização suficiente para chegar a todos os comerciantes, percebeu-se perfeitamente que o executivo nunca esteve presente nesta campanha, quem andou empenhado que a campanha resultasse foi mesmo os eleitos da freguesia pelo PS,
- Quais os valores gastos específicos nas escolas,
- Como explica a aprovação do Magusto a 12 de Novembro após já ter saído nas redes sociais a 6 de Novembro,
- Qual o custo do leitor de chip dos CC e solicita novamente todas as actas e propostas das reuniões da Junta.

A Sra. Eli Rodrigues da CDU volta a usar da palavra para esclarecer que em relação à Associação dos Bombeiros, estes tinham um défice muito grande de desfibrilhadores e pediram um desfibrilhador igual aos do INEM, visto serem estes que lhes dão apoio nos consumíveis. Não compraram à maluca, compraram o que acharam melhor depois de aconselhados pelos especialistas.

O Sr. Rui Guerra da CDU usa da palavra para dizer não vê nenhuma prova no relatório de que o executivo anterior tenha gasto mal o dinheiro, inclusive parece que deixaram 153 mil euros.

Respostas do Sr. Presidente da Junta:

- Em relação à prestação de contas não serem separadas e só serem apresentadas agora é porque pediu-se ao Tribunal de Contas que tal acontecesse porque é uma possibilidade legal que está escrito num artigo da lei 248/2020 que permite, a pedido dos interessados, a apresentação de contas anual, garantido a prestação de contas do período anterior. Na última folha estão todos os membros do Executivo anterior e as respetivas contas do período até ao dia 18-10. A partir daí as contas são do outro período e responsabilidade do novo Executivo.

- Esclarece que não disse que tinha havido má gestão do Executivo anterior, o que acha é que segundo a sua perspetiva houve gastos excessivos, por exemplo no dia das colectividades houve um gasto excessivo, um evento de rock foi perto de 4 mil euros, também acha excessivo. Até agora este Executivo onde gastou mais dinheiro foi na homenagem a Luís Guerreiro. Em relação ao som este Executivo ainda não gastou dinheiro porque pediu sempre o som à Câmara, o anterior Executivo desde o início do ano gastou cerca de 10 mil euros em som. Considera que são opções.

Foi adquirido em Fevereiro de 2021 um ar condicionado aqui para a Junta por um preço também considerado excessivo para o tipo de ar condicionado que foi. Na proposta diz que é um ar condicionado para uma Escola do Ensino Básico e foi montado aqui no edifício da Junta. Nos documentos que averiguou, o estranho é que existe outras propostas de ar condicionado, sempre com a mesma Empresa e decidido em reunião do Executivo no mesmo dia que estes foram entregues.

Como este há vários exemplos que considera de custos excessivos, por isso fez questão de ter apresentado um relatório com os 2 meses de gestão do novo Executivo.

- Em relação à visita dos técnicos são técnicos da divisão de educação da Câmara e em concreto da divisão da saúde.

- Em relação à iluminação de Natal o valor é o que já foi referido e não houve mais acertos, a Parada de Natal não teve custos foi a Câmara que pagou tudo.

- As transmissões on-line são 250 euros cada transmissão com 2 pessoas a trabalhar, a transmissão da Tomada de Posse até foi mais barata porque os meios utilizados foram inferiores. Esta questão é uma questão de opção porque achamos importante que todos tenham acesso às Assembleias e se não podem cá vir veem on-line.

- Em relação à Festa do Avante não percebe o interesse de um roteiro gastronómico de Alhos Vedros para o Seixal, quando nunca foi publicado para outros lados. Também há uma verba de 600 euros para um troféu. Este Executivo prefere gastar dinheiro em eventos na nossa terra.

- Em relação ao leitor de chip dos CC, cada pessoa autoriza que se tenha acesso aos dados quando entrega o seu cartão.

- Os cabazes de Natal foram 25 euros cada um. Os vídeos tiveram custos entre os 100 e 150 euros.

A Sra. Eli Rodrigues da CDU pediu a palavra para dizer que o anterior Executivo foi atacado, mas estamos aqui para discutir as contas de 2021 e não outras.

Depois diz se houve um pedido de adiamento à prestação de contas ao Tribunal, a Assembleia devia ter sido informada. Volta a perguntar onde estão as contas do Executivo até 18 de Outubro. Volta a frisar que o dinheiro gasto no Dia das Colectividades foi o que acharam conveniente para comemorar este dia e que as colectividades merecem todo o apoio possível. O que foi dado à Festa do Avante foi uma taça para uma corrida que se faz lá e pediram apoio. Ainda sobre este tema não aceita o ataque contra os comunistas ao referir-se à Festa do Avante como se referiu, o anúncio foi publicado aí porque só eles pediram apoio, se outra festa tivesse pedido também

tinham apoiado ou qualquer jornal regional. Volta a frisar que quer ver na apresentação de contas, as contas da gerência CDU.

O Sr. Presidente usa da palavra para voltar a referir que foi pedida autorização ao Tribunal de Contas para apresentar uma conta única. É legal e é assim que está a ser apresentado, se for possível a Sra. Paula Santos poderá apresentar essas contas posteriormente, mas agora o que está a ser apresentado é legal.

Gostaria ainda de acrescentar porque é que o anterior Executivo diz defender tanto o movimento associativo, que também considera fundamental, mas em 2021 deliberou os apoios anuais às associações em Fevereiro e esteve durante meses sem entregar o dinheiro e só quando o novo Executivo foi eleito é que passou os cheques, que totalizaram milhares de euros. Não está contra esta ação só perde por tardia naquela altura, mas não deixa de ser um ato ilegal em virtude de não poder ser feito depois das eleições visto não ser ato de gestão corrente ou urgente.

A Sra. Eli Rodrigues da CDU pede a palavra e como Presidente do anterior Executivo não percebe onde está a ilegalidade de se ter pago as contas que o Executivo tinha aprovado em reunião. Quando a anterior gestão saiu deixou tudo pago e mesmo assim ficou um saldo positivo. Até agora ainda não viram quanto é que este Executivo pagou às associações. Pensa que há um ataque às colectividades que até o desfile do 25 de Abril a Câmara não quis fazer. A gestão PS é levar os 4 anos a dizer mal da gestão da CDU. Continua a frisar que a bancada da CDU quer a apresentação das contas da gestão CDU.

O Sr. Presidente esclareceu que até agora já foi aprovado por este Executivo um apoio às colectividades que ronda os 13.000 euros, conforme as actas das reuniões mostra e que vão ser dadas à Sra. Presidente da Assembleia para fazer chegar a todos.

Também acha que faz todo o sentido que a CDU queira as suas contas em separado. A Sra. Paula Santos terá todo o gosto em fazer essas contas e depois será enviado a todos, no entanto volta a dizer que obrigação legal é apresentar uma conta anual e depois existe uma demonstração de resultados diferenciada.

A Sra. Paula Santos, funcionária da Junta, pede para esclarecer este ponto. o que é permitido.

Diz que não é obrigatório a conta ser partida, porque o Tribunal de Contas na sua resolução nº 2 de 2020 diz que as contas devem ser elaboradas anualmente e remetidas através da plataforma eletrónica abrangendo todos os documentos contabilísticos acumulados até à data do fecho de gerência. No que respeita à prestação de contas da segunda gerência, que é de Outubro a Dezembro deve ser apresentado no separador "outros documentos" as seguintes demonstrações orçamentais reportadas ao período da segunda gerência. Depois diz que o Tribunal admite a apresentação de uma única conta desde que garantida a prestação de informação relativa ao período de cada responsável, portanto até ao dia 18 de Outubro a Junta de Freguesia tinha 153.560 euros de saldo que o Executivo anterior deixou, recebeu no segundo período de gestão 38.881 euros, teve uma despesa de 61.449 euros, transitando para o ano seguinte um saldo de 130.441 euros.

Em relação ao atraso no envio deste documento quer esclarecer que na semana passada ligou várias vezes para a entidade responsável porque tentou várias vezes tirar os mapas da segunda gestão e o programa da contabilidade não estava preparado para isto, mas sim só para uma gestão. Só na Terça-feira é que foi possível fazer os mapas da segunda gestão.

Seguidamente falou o Sr. Jorge Marques da CDU dizendo que ninguém pôs em causa o profissionalismo da Sra. Paula Santos, continuando a ler um artigo que diz é possível apresentar uma conta única garantido a prestação de informação relativa ao período em que cada responsável exerceu as suas funções, portando além da conta única também tem que ser apresentado as contas em que cada gestão exerceu funções.

Antes da votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021, a bancada da CDU pediu um intervalo de 5 minutos, que foi concedido.

Não havendo mais intervenções por parte da Assembleia, a Sra. Presidente pôs o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021 a aprovação.

O Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021 foi reprovado com 1 voto a favor do BE, 5 votos contra da bancada da CDU e do membro independente Rosa Paula Marques e 7 abstenções da bancada do PS, do MM e do membro independente Pedro Galha.

A bancada da CDU apresentou uma declaração de voto, que foi lida pela Sra. Eli Rodrigues (anexa à acta).

O Sr. Presidente da Junta, face à situação extraordinária de reprovação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas, solicitou à mesa da Assembleia a repetição da votação, visto a bancada do PS pretender mudar o sentido de voto.

Obviamente que a maioria dos membros automaticamente reprovou esta solicitação, com destaque para a bancada da CDU que referiu que não se pode votar "ao sabor do vento".

Devido à urgência da Prestação de Contas ainda no mês de Abril, fica convocada uma nova Assembleia de Freguesia extraordinária para amanhã dia 29 de Abril de 2022, pelas 21:00 horas no edifício da Junta de Freguesia, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 - Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2021
- 2 - 1ª Revisão ao Orçamento de 2022
- 3 - Inventário
- 4 - Discussão dos Atos da Junta


Não havendo mais questões a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia refere que vai ser lida a Minuta da Ata.

A Minuta da Ata foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão pelas 00 horas e 58 minutos, do dia 29 de Abril de 2022.

A presente ata será colocada à discussão e aprovação pelos membros da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros e será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia de Freguesia após aprovação.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

Presidente: 

1º Secretário: 

2º Secretário: Ana Cristina Mendes Rosado



Saudação ao 1º de maio

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, centenas de milhares de operários iniciaram uma luta histórica, fazendo uma greve geral reivindicando o estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho, tendo sido impiedosamente reprimidos pelas entidades policiais e patronais. Os reflexos internacionais desta importante luta determinaram a declaração do dia 1 de maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores e, desde então, este dia tem assumido um papel determinante nas conquistas das condições laborais.

Com a pandemia, vários setores económicos, financeiros e sociais foram perturbados. Muitas pessoas, e mesmo famílias, ficaram sem os seus empregos. Outras, dentro da sua área de trabalho, tiveram que reinventar o seu labor para fazerem face às sucessivas normas que os impediam de exercer as suas profissões de forma habitual.

Segundo dados do INE, a taxa de desemprego em fevereiro de 2022 foi 5,8%.

Atualmente, com a guerra na Ucrânia, avizinham-se tempos difíceis. Os aumentos sucessivos dos preços dos combustíveis e dos bens de consumo essenciais irão gerar uma diminuição do poder de compra, não acompanhando os reduzidos aumentos salariais.

Celebrar o 1º de maio deve ser não só recordar o significado da luta dos operários de Chicago, mas da luta de todos os trabalhadores em geral e, em especial, dos trabalhadores Portugueses e dos seus representantes.

Celebrar o 1º de maio significa lutar. É lutar por um trabalho com direitos, lutar por melhores condições de vida e demonstrar um forte apoio a todos os que lutam por esses direitos.

Celebrar o 1º de maio é lutar por salários justos e pensões dignas, contra o desemprego e a precariedade, pelo emprego com qualidade e pela valorização do trabalho.

Celebrar o 1º de maio é continuar a lutar por uma igualdade remuneratória entre homens e mulheres, que tem vindo a diminuir ao longo dos anos. Segundo um estudo coordenado pelo ISEG, apresentado em março de 2022, as mulheres ganham em média menos 17,2% que os homens, considerando o salário base mais os prémios e subsídios regulares por trabalho suplementar.

Celebrar o 1º de maio é também refletir sobre os motivos pelos quais há profissões que poucos querem seguir por não serem valorizadas, serem mal remuneradas e não oferecerem estabilidade na carreira. Veja-se, por exemplo, a falta de professores, havendo presentemente mais de 20000 alunos que, em alguma disciplina, não tiveram uma única aula este ano letivo.

Celebrar o 1º de maio é também investir na Educação, num ensino inclusivo e num ensino profissional sério e de excelência. Somos um País onde se investe pouco nestas áreas, onde alguns saberes ainda se transmitem geração após geração com a experiência dos familiares mais velhos. Tornamo-nos um País com falta de mão de obra qualificada e com cada vez menos técnicos especializados.

A Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros, reunida em 28 de abril de 2022, delibera:

- 1-Saudar todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho e por uma vida digna e com direitos;
- 2-Divulgar a presente saudação através dos meios de comunicação social.

Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

28 de abril de 2022

A eleita pela coligação Merecemos +

Maria Paula Dias



SAUDAÇÃO 1.º DE MAIO – DIA DO TRABALHADOR

O 1º de Maio foi escolhido a nível mundial como Dia Internacional do Trabalhador em homenagem à histórica manifestação ocorrida em Chicago, em 1886, exigindo melhores condições de vida e de trabalho, nomeadamente a redução da jornada de trabalho para as oito horas.

A revolta de milhares de trabalhadores, apesar da forte repressão policial, marcou para sempre o curso da história da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Em Portugal, desde 1974, logo após a Revolução dos Cravos, que se comemora livremente o 1.º de Maio.

Nesse ano, cerca de 1 milhão de pessoas saíram à rua, por todo o país, numa grande festa da liberdade então recém-conquistada.

Apesar das transformações ocorridas no mundo do trabalho desde 1886, e das conquistas dos trabalhadores, que representam um verdadeiro avanço civilizacional, o 1º de Maio continua muito atual, perante os desafios que se colocam aos trabalhadores, alguns deles novos desafios, num combate permanente pela redução das desigualdades e pela garantia de melhores condições de trabalho.

Comemorar o 1.º de Maio é homenagear também para todos os que defendem uma sociedade mais justa e solidária, e de reafirmar que a defesa do emprego e de condições dignas de trabalho deve ser uma missão constante onde todos se devem empenhar.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros, reunida no dia 28 de Abril de 2022, delibera:

- Saudar os trabalhadores, o movimento sindical e todas as cidadãs, todos os cidadãos e entidades que têm contribuído para melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, e lembrar as lutas e conquistas dos trabalhadores, na construção de uma sociedade mais justa.

Alhos Vedros, 28 de Abril de 2022

O Grupo do PS na Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

Franço André Carvalho Silva

Ana Mafalda Neves Cabral Campos

Inês Raquel Alves Cardoso

Ana Cristina Mendes Rosado

Artur Almeida



MOÇÃO CONDENAÇÃO À INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA

A ofensiva militar lançada pela Rússia no território da Ucrânia constitui uma agressão intolerável a um Estado soberano, uma violação do direito internacional que coloca em causa a coexistência entre as nações.

Afirmando que as divergências e conflitos entre os Estados devem ser resolvidos por meios pacíficos, os únicos admissíveis, impõe-se a retirada imediata das forças militares russas da Ucrânia e o respeito pela Rússia da soberania, independência, unidade e integridade territorial da Ucrânia, dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, revertendo o seu reconhecimento unilateral das regiões de Donetsk e Luhansk da Ucrânia.

A agressão da Ucrânia pela Rússia deve assim merecer incondicional repúdio, exigindo a aplicação de sanções económicas aos seus responsáveis, como tem sido feito desde o início da invasão, nomeadamente no quadro da União Europeia, e caso se imponha, o reforço das mesmas, inserindo-se nesta linha o sexto pacote de sanções atualmente em discussão.

É também o momento de manifestar a nossa solidariedade para com o povo ucraniano, e de afirmar o apoio à resistência dos ucranianos contra a agressão da Rússia, que se tem devidamente concretizado no envio de material militar e médico.

Nesse sentido, deve ainda ser reafirmada a mensagem do nosso primeiro-ministro de que estamos prontos a acolher e apoiar aqueles que decorrentes destes atos de violência viram as suas vidas dilaceradas.

Para uma resolução deste conflito que faça cessar a violência sobre o povo ucraniano e o regresso à paz na região, só as soluções assentes no direito internacional, nos acordos estabelecidos entre os Estados e na diplomacia podem ser o caminho para o regresso à paz na região e para a prosperidade das suas populações.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros, reunida a 28 de Abril de 2022, delibera:

- a) Condenar a invasão da Ucrânia pela Rússia;
- b) Manifestar solidariedade com o povo ucraniano e o apoio à resistência dos ucranianos contra a agressão da Rússia, e a reafirmar a soberania, independência, unidade e integridade territorial da Ucrânia, dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Alhos Vedros, 28 de Abril de 2022

O Grupo do PS na Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

Fátima Antunes Coimbra Simão

Ana Mafalda Neves Cabeau Campos

Ilma Regal Alves Cardoso

Ana Cristina Neves Rocha

João José de Almeida.

Era natural de Alhos Vedros e militante do PCP,

Pertenceu aos quadros da TAP e, nessa empresa, integrou as Estruturas Representativas dos Trabalhadores.

Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros, entre 1988 e 1999, durante os quais impulsionou a construção do Lar Abrigo do Tejo e foi mentor dos cursos profissionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional que contribuíram para a formação dos trabalhadores daquela instituição.

Destacou-se também como autarca, fez parte do executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros como Secretário, foi vereador da Câmara Municipal da Moita, durante quatro mandatos.

Foi ainda presidente da Assembleia Municipal, durante um mandato e presidente da Câmara Municipal da Moita, entre 1998 e 2002.

Homem cordial, de espírito fraterno, exerceu os diversos cargos que foi chamado a desempenhar com elevado sentido de bem servir a comunidade.

A Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros expressa sentido pesar aos seus familiares.

Moção

Pela paz, pela verdade, contra a mentira e os crimes de guerra

É preciso pôr fim a uma guerra que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de confronto económico e belicista em curso e defender a paz. É necessário assegurar as condições para um cessar fogo e uma solução negociada, travar o aproveitamento da guerra e das sanções como pretexto para agravar as condições vida dos trabalhadores e dos povos.

Ninguém pode ser indiferente ao sofrimento e destruição associadas à guerra seja ela qual for. A morte e a perda de vidas humanas é sempre a face mais visível da guerra e forte razão porque devem ser evitadas. O que exige que seja na garantia da integridade e respeito pela vida e não na instrumentalização das vítimas de conflitos que se concentrem os esforços de todos os que defendem a paz.

As notícias difundidas a partir dos centros do poder ucraniano e ampliadas pela máquina de propaganda que tem rodeado a guerra na Ucrânia sobre os alegados “crimes de guerra” ocorridos não só são inquietantes como exigem cabal apuramento.

Considerando que todos os atos criminosos, incluindo em cenário de guerra, não só não têm justificação como merecem a mais viva condenação, ocorram eles em solo da Ucrânia, do Iraque, do Afeganistão, da Líbia ou de outros países;

Considerando comprovados exemplos em que determinadas situações apresentadas como verdadeiras, se vieram posteriormente a confirmar falsas e baseadas em operações de manipulação – de que é testemunho a invocada existência pelos EUA de armas de destruição massiva que conduziu à guerra no Iraque com colossais sacrifícios e perdas humanas – inseridas numa linha de provocação para justificar junto da opinião pública estratégias de agressão e ingerência e para forjar acusações e responsabilidades que se vieram a revelar falsas;

Considerando os graves perigos da escalada da guerra para a região e o mundo e a urgência de soluções que garantam a paz;

A Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros reunida a 28 de abril de 2022:

- Apela a iniciativas que contribuam para o cessar fogo e um processo de diálogo com vista a uma solução negociada para o conflito, à resposta aos problemas de segurança coletiva e do desarmamento na Europa, ao cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Acta Final da Conferência de Helsínquia, no interesse da paz e cooperação entre os povos;

- Reclama o indispensável, cabal e rigoroso apuramento das situações relatadas, assegurado por parte de entidades efetivamente independentes, determinadas pela real avaliação dos factos e não por pré-determinados julgamentos que contribuam não para apurar a verdade, mas sim para alimentar versões que servem para justificar a escalada da guerra e os objetivos de quem nela vê uma peça para garantir a sua hegemonia mundial;

- Condena todos os atos criminosos, incluindo em cenário de guerra, tenham ocorrido ou ocorram eles em solo da Ucrânia, do Iraque, do Afeganistão, da Líbia ou de outros países.

28 de abril de 2022

Os eleitos da CDU

Moção

Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutras a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a Ação do passado fascista assentavam.

Foi pela Ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

Na Freguesia comemorar Abril foi sempre defender “O Poder Local Democrático” que se quer vivo e com energia para resistir e se regenerar se essa for a vontade povo.

A Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros reunida a 28 de abril, delibera:

1. Saudar o 48.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
4. Saudar as comemorações populares e associativas realizadas na Freguesia e no Concelho;
5. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios.

28 de abril de 2022

Os Eleitos da CDU



Moção 1º de Maio

Dia Internacional do Trabalhador

A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o dia Internacional do Trabalhador. Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.

As lutas dos trabalhadores, da organização do movimento sindical, nacional e internacional, têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores.

É preciso combater a precariedade, os baixos salários, horários incertos, falta de direitos e garantias, a instabilidade permanente, que compromete o futuro de todos, mas sobretudo o dos jovens e o desenvolvimento do nosso país.

É preciso rejeitar a transformação do domicílio do trabalhador num local de trabalho da empresa e a generalização do teletrabalho como solução para todos os males, não abdicando de intervir e apresentar propostas que salvaguardem os direitos dos trabalhadores em situação de teletrabalho.

Não está em causa o aproveitamento das novas tecnologias ao serviço do desenvolvimento e da melhoria das condições de trabalho e de vida. O que está em

causa, como várias vezes a vida tem demonstrado, é o aproveitamento por parte do grande capital do desenvolvimento tecnológico, para reduzir direitos e aumentar a exploração.

Urge mobilizar agora como no passado os trabalhadores e populações em torno das suas justas reivindicações, nomeadamente na defesa do emprego com direitos, no direito de contratação coletiva, pelo aumento real dos salários.

É pela luta organizada que os trabalhadores conquistaram os seus direitos e os defendem a cada momento, na ação diária nas empresas e nos locais de trabalho.

Só com a unidade e luta dos trabalhadores é possível ir mais longe na reposição e conquista de direitos.

Assim a Assembleia Freguesia de Alhos Vedros, em sessão ordinária de 28 de Abril de 2022, delibera:

1. Saudar os trabalhadores portugueses e manifestar solidariedade com a luta por eles desenvolvida;
2. Apelar e mobilizar as populações, os trabalhadores e a juventude para que transformem a manifestação da CGTP-IN no dia 1º de Maio numa ação de exigência pela mudança de que o país precisa, mais emprego, mais salário, mais trabalho digno., pelo respeito pela contratação coletiva e pela afirmação de um Portugal de progresso, livre e soberano ao serviço do seu povo.

Os Eleitos da CDU

A bancada da CDU decide votar contra o relatório de gestão e prestação de contas²⁰²¹ derivado a não transparência do mesmo e pelo facto de não ter sido apresentado atempadamente. e
separadamente

Aflus Vedros, 28 de Abril de 2022

Eli Rodrigues

João Marques

Leonor Aveiro

Rafael da Cruz